

O procedimento na Lei-Quadro das Contraordenações Ambientais

 Online



12 horas

Preço : 290,00 € + IVA
Intra empresa : Sob consulta

Referência: 1369

A Lei-Quadro das Contraordenações Ambientais (Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na sua redação atual), criou uma tramitação para os processos de contraordenação ambiental adaptada às suas especificidades.

Dada a crescente relevância do tema na agenda política internacional, europeia e nacional, e a urgência na promoção da proteção do bem jurídico ambiente, importa perceber as implicações que decorrem da sua aplicação aos infratores pela prática de ilícitos contraordenacionais ambientais.

Destinatários



Para Quem?

- Dirigentes, Juristas, Técnicos Superiores e/ou outros Trabalhadores da Administração Pública ou do setor privado que pretendam ficar a conhecer o regime legal de tramitação processual aplicável às contraordenações ambientais.



Pré-requisitos:

- Não aplicável.

Percurso de aprendizagem

Do regime substantivo das contraordenações ambientais

- Contraordenação ambiental e de ordenamento do território
- Disposições gerais
- Direito de acesso e embargos administrativos
- Coima e sanções acessórias
- Prescrição

Do regime processual das contraordenações ambientais

- Medidas cautelares
- Tramitação das contraordenações ambientais na fase administrativa do processo
- Decisão administrativa
- Custas processuais
- Fase judicial do processo
- Cadastro nacional ambiental
- Disposições finais



Objetivos

- Conhecer o regime substantivo e processual das contraordenações ambientais
- Compreender as especificidades da tramitação das contraordenações ambientais na fase administrativa e judicial do processo
- Identificar as situações de aplicação subsidiária do Regime Geral das Contraordenações (Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atual)



Métodos pedagógicos

- Esta formação alterna o método expositivo com métodos ativos apelando à partilha de experiências, à jurisprudência dos tribunais e a exemplos práticos.



Pontos fortes

- Análise teórico-prática baseada na concreta tramitação processual aplicável às contraordenações ambientais.

Formadora



Ana Sirage Coimbra

Mestre em Direito Judiciário e em Administração Pública pela Universidade do Minho, Investigadora no Centro de Investigação em Justiça e Governança (JusGov) da Escola de Direito da Universidade do Minho, Jurista em funções públicas desde 2001, com experiência profissional em Direito das Contraordenações, Direito Administrativo, Direito do Emprego Público, Direito da Contratação Pública, Administração Pública e Políticas Públicas, e Formadora nas áreas do Direito das Contraordenações, Direito Administrativo e do Ambiente, e Legislação da Proteção de Dados Pessoais.



Datas 2026 - Référence 1369



Últimas inscrições



Realização garantida

De 16 mar a 23 mar